

O CONCEITO DE RESILIÊNCIA URBANA

Uma ferramenta para a análise de intervenções recentes no centro histórico de São Paulo

THE CONCEPT OF URBAN RESILIENCE

A tool for the analysis of recent interventions in the historical center of São Paulo

PAIVA, Marlon;

(POSURB-ARQ, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), marlon.paiva@puc-campinas.edu.br

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva

(POSURB-ARQ, Pontifícia Universidade Católica de Campinas), crisschicchi@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre a definição do conceito de resiliência urbana - traduzido como a medida das alterações desencadeadas e toleradas pelas cidades, antes de se reorganizarem integralmente em torno de novas estruturas e processos - apresentando uma revisão da literatura científica sobre a sua origem e uma discussão sobre a possibilidade de sua aplicação enquanto ferramenta de análise de intervenções urbanas contemporâneas em centros históricos de grandes metrópoles, como o caso das ações empreendidas na Praça Roosevelt da cidade de São Paulo (2000-2012) – de modo a verificar as repercussões de tais processos na lógica de produção dos espaços públicos locais, resultado dos primeiros estudos que se produziu no âmbito da pesquisa de doutorado em desenvolvimento.

Palavras chave: regeneração urbana, projeto urbano, gestão, resiliência urbana.

Bloco temático: espaço público e projeto urbano na metrópole contemporânea.

ABSTRACT

This article presents some considerations about the definition of the concept of urban resilience - translated as the measure of the changes triggered and tolerated by the cities, before being reorganized integrally around new structures and processes - presenting a review of the scientific literature on their origin and a discussion about the possibility of its application as a tool for the analysis of contemporary urban interventions in historic centers of large metropolises, such as the case of actions undertaken in Roosevelt Square in the city of São Paulo (in order to verify the repercussions of such processes in the logic of production of the local public spaces, result of the first studies that took place in the scope of the doctoral research in development).

Keywords: urban regeneration, urban design, management, urban resilience

Topic: public space and urban design in the contemporary metropolis

Introdução

Diante da perspectiva de uma constante crise urbana, fruto de um modelo artificial de ocupação do território, a busca por fomentar o desenvolvimento econômico sob o prisma de políticas de regeneração urbana tornou-se um capítulo a mais nos processos de geração de desigualdades e tensões sociais nestes novos cenários. Neste sentido, esta reflexão centrar-se-á na discussão do conceito da resiliência urbana associada à análise de intervenções recentes no centro histórico da cidade de São Paulo, resultado das primeiras aproximações com uma revisão bibliográfica que se produziu no âmbito da pesquisa de doutorado em desenvolvimento.

A pesquisa tem como objetivo geral elaborar uma análise acerca das políticas públicas urbanas paulistanas, cuja temática inclui a função social do espaço urbano e mecanismos voltados ao seu desenvolvimento territorial, econômico e social - sobretudo àqueles voltados a processos de regeneração urbana em centros históricos - criados em defesa desta agenda, que se apresentam como lugares em constante transformação. Aqui, o conceito de resiliência urbana se apresenta como um ponto de partida para questionar o modelo dominante de produção da cidade contemporânea, e tem se apresentado como uma ferramenta válida para teorizar e compreender o desenvolvimento urbano. Busca-se, ainda, entender este conceito em sua possível contribuição para reatualizar o debate sobre a reforma urbana, em associação aos processos de regeneração urbana.

A metodologia utilizada para discutir o conceito de resiliência urbana e sua aplicação no estudo propõe uma abordagem qualitativa das transformações operadas no espaço urbano, baseada em uma perspectiva fenomenológica. Através da associação entre estudos empíricos – com realização de entrevistas e coleta de dados da vivência cotidiana - e um conjunto de asserções, objetiva-se evidenciar acontecimentos e interações humanas em situações próprias do território estudado - a Praça Roosevelt - ensejando o estado da arte da questão. Assim, a pesquisa e esse artigo se estruturam a partir de duas abordagens. Primeiramente, discute-se a bibliografia sobre a definição conceitual de resiliência urbana, sistematizada a partir da literatura científica sobre a origem do conceito e de suas categorias de análise (HOLLING, 1973; 2001; ALBERTI et. al., 2003; OJEDA, 2004; FANTOVA, 2008; ACSELRAD, 2009; GONÇALVES, 2016; FARIAS, 2017). Em seguida, procura-se destacar a possibilidade de adoção deste conceito como uma ferramenta para a discussão dos fenômenos presentes no território, apresentados através da leitura de um contexto específico: as intervenções urbanas na Praça Roosevelt (2000-2012), no centro histórico da cidade de São Paulo.

1. Sobre o conceito de resiliência: definições e transformações do termo

Como ponto de partida admite-se que a resiliência¹ é um processo que leva o homem a se reconectar com seu ambiente. Adota-se como referência o sentido ecológico proposto por Holling (1973), que define resiliência como sendo a capacidade de um ecossistema, de uma população ou de uma espécie para recuperar seu funcionamento e um desenvolvimento normal depois de sofrer uma grande perturbação. Em tal entendimento, a noção de sistema é essencial para a resiliência, uma vez que são os sistemas complexos que estão sujeitos a mudanças contínuas de seu ambiente, reagindo conforme as situações localizadas em múltiplas escalas espaciais e temporais.

O termo encontra suas bases nas publicações de escritos sobre história natural² desenvolvidos por Francis Bacon em 1625 onde o conceito se apresentava ligado ao entendimento do comportamento das espécies vegetais. Contudo, a palavra resiliência somente se configura como tal a partir do séc XIX, quando diante da Revolução Industrial é aplicada às disciplinas ligadas à física dos materiais e a engenharia mecânica – como componente de um sistema. Nos anos 1950, o termo foi introduzido em outros campos da ciência, como a Psicologia e a Ecologia, dentro de uma visão modernista. (OJEDA, 2004; FANTOVA, 2008)

¹ O termo resiliência foi empregado nos anos 1960 no domínio da física. Nas duas décadas seguintes a questão foi estudada no campo da ecologia para definir a durabilidade ou a persistência de um ecossistema complexo. É neste quadro que Holling introduziu o conceito de "sistemas resilientes" (Holling, 1973).

² Nomeadamente a publicação intitulada "*Sylva Sylvarum: Or a Natural History in Ten Centurie*", escrita pelo referido autor.

Somente no período pós-moderno, especificamente nos anos 1970 e 1980 é que o termo passa a se relacionar aos contextos de economia urbana e sistemas ambientais, sobretudo vinculados a uma agenda política emergente que defendia a necessidade de uma ética ambiental na construção. Este movimento, sobretudo nas cidades da América do Norte e Europa, se apresentava como "(...) vinculado à noção de sustentabilidade, apoiando-se na noção fenomenológica de que uma relação com a natureza é essencial para a plena realização das potencialidades humanas no planeta". (NESBITT, 2013: 74).

As consequências sobre a prática se fazem sentir em interpretações às vezes incompatíveis, já que cada disciplina traz para si o significado de resiliência de modo a adequá-lo ao seu objeto, a suas problemáticas. No Brasil, por exemplo, enquanto a engenharia ambiental se esforça para dar ao conceito uma consistência de método avaliativo, as pesquisas na área do planejamento urbano e regional ainda restringem seu uso a um princípio ético-discursivo chegando-se, assim, a contradições e ambiguidades. Como lembra Farias (2017), para definir a resiliência, os pesquisadores mobilizam noções anteriores, que têm o efeito de formar um circuito em que todos os termos são relacionados, mas sem que se saiba posicionar um em relação ao outro. Para exemplificar essa situação, examinemos brevemente a aproximação que se faz da resiliência com os conceitos de vulnerabilidade e de sustentabilidade.

Para ganhar significado no campo das ciências sociais, o conceito de resiliência se transformou a ponto de tornar-se muito próximo da noção de vulnerabilidade (BARROCA et. al, 2013). No entanto, desde suas origens há uma diferenciação clara entre os dois termos. A resiliência refere-se a uma qualidade, enquanto a vulnerabilidade remete a um estado. A vulnerabilidade é útil para identificar, a posteriori, um estado crítico, enquanto a resiliência seria a parte positiva da vulnerabilidade, sinalizando uma capacidade de ação. Os dois termos, no entanto, não são exatamente opostos, pois transitam entre o estar e o lidar com uma mesma situação. Em outras palavras, é possível ser ao mesmo tempo vulnerável e resiliente. Ao considerá-la como um processo, é possível dizer que ao ser vulnerável é que se acirra a capacidade de resiliência. (FARIAS, 2017)

Já a articulação entre resiliência e sustentabilidade também exige esclarecimentos. Segundo Toubin (et. al, 2012), as diversas definições que levam em conta a escolha de uma abordagem técnica para garantir a sua operacionalidade, fazem da primeira um ideal urbano a ser alcançado, e da segunda, uma ferramenta ou um meio para concretizar este ideal. Como diz Adger (2003), as "aspirações não focalizadas da sustentabilidade estão incluídas no conceito de resiliência – a capacidade de persistir e adaptar". Mas é preciso considerar que a sustentabilidade é uma noção altamente antropocêntrica e em parte subjetiva, cuja busca induz a um julgamento de valor moral quanto aos objetivos desejáveis, à escolha dos territórios e à escala de tempo. Sendo assim, a dialética entre sustentabilidade e resiliência não é óbvia quando se leva em consideração as escalas temporais a que elas fazem referências e os valores que elas mobilizam. (FARIAS, 2017)

2. Resiliência urbana: uma categoria ou uma ferramenta de análise?

A partir desta primeira aproximação ao conceito, torna-se importante pontuar a existência de uma sequência evolutiva de seus significados, na qual destacam-se algumas categorias de análise aplicáveis ao conceito de resiliência e que se superpõem às de análise de riscos naturais, tecnológicos, econômicos, sociais e políticos, tais como resiliência organizacional, espacial, física, funcional, social e urbana – sendo esta última categoria a adotada como base conceitual para os estudos das transformações que se constituem a partir de processos que envolvem regeneração urbana³ em centros históricos.

³ Sobre processos de regeneração urbana entende-se como sendo uma visão abrangente e integrada, que visa à resolução de problemas urbanos, e que procura gerar mudanças duradouras de áreas que tenham sido sujeitas a transformações, sendo resultado da relação entre forças internas e externas ao processo que ditam a necessidade de constante adaptação, e uma resposta aos desafios e oportunidades que num determinado contexto temporal e espacial podem resultar da degradação urbana (ROBERTS; SYKES, 2000: 03).

Considerando como ponto de partida a definição de Holling (1973; 2001) e Alberti (et. al, 2003), a resiliência urbana traduz a medida das alterações desencadeadas e toleradas pelas cidades, antes de se reorganizarem integralmente em torno de novas estruturas e processos. Quando o termo é aplicado à leitura do território, mesclam-se as componentes física e humana, correspondendo a uma rede de infraestruturas e de comunidades onde os sistemas físicos conjugam elementos construídos com outros de aspecto biofísico (HOLLING, 2001; GONÇALVES, 2016). Neste contexto, diferentes autores são unânimes em se referir às comunidades humanas como sendo as componentes sociais e institucionais da cidade, incluindo estruturas formais e informais, associações estáveis, entre outras, que impactam as áreas urbanas: escolas, bairros, agências, organizações, empresas, grupos de interesses etc (HOLLING, 2001; ALBERTI et. al., 2003; ACSELRAD, 2009; GONÇALVES, 2016). Diante desta reflexão, emerge a possibilidade do conceito de resiliência urbana ser utilizado como recurso na leitura de territórios e das respectivas tangências e conflitos entre o suporte físico da cidade e a sua componente humana.

De acordo com Gonçalves (2016: 8), “o estudo da resiliência urbana encara as cidades como o exemplo de um sistema adaptativo complexo (...) compostos por sistemas vivos, dinâmicos, geradores de (e gerados por) conectividades e abertos a constantes interações, quer no seu interior, quer por via da exposição a fatores externos”.

Na perspectiva deste conceito auxiliar como abordagem metodológica a leitura dos fenômenos presentes no território, parece possível pensar que a resiliência venha como um reforço para operacionalizar tanto as abordagens globais e transversais como as metodologias de avaliação. Isso porque, se a capacidade de resiliência pode ser explicada por vários fatores (biofísicos, sociais ou espaciais), uma vez identificados, é possível operar-se uma análise prospectiva para melhorar o potencial de adaptação e recuperação. Essa vocação parte da ideia de que a análise a partir da resiliência permite reconhecer o espaço urbano em seu estado dinâmico e complexo, que deve se adaptar permanentemente, de um modo holístico e integrado, aos diversos desafios deflagrados. Nesse mesmo sentido, o documento preparatório do Habitat III-ONU (2015) afirma que a resiliência urbana é ao mesmo tempo uma aspiração e um método que serve de base para um grande leque de intervenções e investimentos estratégicos em um “sistema urbano”, que pode ser compreendido através das inter-relações entre as escalas (organizacional, espacial, física e funcional) e os diversos riscos (naturais, tecnológicos, econômicos, sociais e políticos). Assim, a abordagem sistêmica da resiliência vem para auxiliar na identificação e caracterização dos pontos críticos do sistema urbano e, conseqüentemente, priorizar as soluções adaptativas necessárias. (FARIAS, 2017)

3. O caso da Praça Roosevelt em São Paulo

Ainda que seja possível indicar diversos exemplos de espaços públicos que podem ser analisados sob a lente do conceito de resiliência urbana, a escolha de um caso na cidade de São Paulo é estratégica para este trabalho tanto por ilustrar os fenômenos urbanos insurgentes que sucedem nas grandes metrópoles latinoamericanas quanto por apresentar diferentes propostas e ações destinadas à requalificação urbana em seu centro histórico que geram mudanças no uso e ocupação do solo, processos de gentrificação⁴, placemaking⁵, além das próprias resistências e adaptabilidades - tanto de usos quanto de populações -

⁴ Ao termo gentrificação, inicialmente discutido por Ruth Glass, entende-se “(...) fundamentalmente en los cambios en el mercado laboral y la estructura social vinculados a la emergencia de una economía pos industrial. La aparición de una clase vinculada a los servicios de esta nueva economía es la base material que da sustento a nuevos estilos de vida, patrones culturales y de consumo que tienen en la gentrificación una de sus principales expresiones urbanas” (GLASS, 1964 apud GUEVARA, 2015).

⁵ Segundo o Portal da Comunidade Brasileira de placemakings: “Placemaking é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos totalmente voltado para as pessoas, visando transformar ‘espaços’ e pontos de encontro em uma comunidade – ruas, calçadas, parques, edifícios e outros espaços públicos – em ‘lugares’, que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades mais saudáveis e felizes.” [sic] Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/>. Acesso em: 16 dez. 2018.

decorrentes de intervenções locais. Diante desta premissa, optou-se por uma análise do caso da Praça Franklin Delano Roosevelt por considerá-lo emblemático dos processos recentes de intervenção urbana na cidade, considerando algumas das variáveis teóricas apontadas pelos diferentes autores já citados (ROBERTS, 2000; TALLON, 2010; MENDES, 2013; FERNANDES DA CRUZ, 2015; HOLLING, 2001; ALBERTI et. al., 2003; OJEDA, 2004; FANTOVA, 2008; GONÇALVES, 2016; FARIAS, 2017).

O local onde a praça está inserida é resultado da demolição do Seminário das Educandas (antiga casa Dona Veridiana Prado), ocorrido em 1950 e abrigou, por mais de uma década, um estacionamento para automóveis atrás da Igreja Nossa Senhora da Consolação. Posteriormente, com a abertura das atuais vias expressas que ligam as regiões leste e oeste da cidade, o desenho da praça foi proposto de maneira a ocupar a área remanescente deste novo sistema viário. Em 1967, durante a administração Faria Lima (1965-69), o projeto para sua construção foi encomendado ao escritório J.C. de Figueiredo Ferraz e elaborado em conjunto com os arquitetos Roberto Coelho Cardozo, Antônio Augusto Antunes Netto, Marcos de Souza Dias e Luciano Fiaschi. O programa, inicialmente estabelecido pela administração, foi debatido inclusive com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) até meados de 1968, quando foi aprovado também seu plano de construção. Para a praça estavam previstas as instalações de um auditório para duas mil pessoas, um conjunto educacional completo, um Centro Cultural para abrigar uma escola de música, uma escola de dança e uma discoteca Municipal, além da destinação de áreas para manutenção de atividades existentes como um amplo estacionamento, entre outros serviços. (YAMASHITA, 2013)

Logo após sua inauguração em 25 de janeiro de 1970, pela administração de Paulo Salim Maluf (1969-71) e ao longo das décadas seguintes, à Praça Roosevelt foram sendo adicionadas constantes alterações de programa através da implantação dos mais variados equipamentos no desejo de reverter o que foi entendido pela administração pública como rejeição à praça por parte da população. O histórico das transformações da Praça Roosevelt, curiosamente, é um retrato da lógica de planejamento urbano que prevaleceu em São Paulo durante o século passado, configurada pelas ações de cunho rodoviarista.

Para analisar sua configuração morfológica e as dinâmicas territoriais atuais, faz-se necessário contextualizar os projetos de intervenção urbana propostos para a praça, os quais estão relacionados a distintas acepções de regeneração urbana. Destes, de acordo com Yamashita (2013) temos a seguinte cronologia retrospectiva:

- 1995, gestão Paulo Maluf: lançamento das primeiras diretrizes para um projeto de requalificação e lançamento de bases para o atual projeto;
- 1997-99, gestão Celso Pitta: aprovação da primeira proposta ao antigo Procentro e elaboração da proposta, desenvolvida por Aflalo e Gasperini para o Grupo Pão de Açúcar;
- 2001-2004, gestão Marta Suplicy: a Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB) apresenta um novo estudo para a Praça, inclusão da Praça Roosevelt no programa Procentro, e assinatura do contrato com a entre PMSP/BID-Procentro;
- 2005-2008, gestão José Serra: inicia-se a adoção da proposta elaborada pela EMURB, sem o lançamento de um concurso público;
- 2009, gestão Gilberto Kassab: o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) aprovou o Projeto de Requalificação da Praça Roosevelt.

Após um período de levantamentos e análises, foi na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) que a Praça Roosevelt passou a integrar o pacote de intervenções em praças (como a Praça da República e da Sé) do programa Procentro. O programa previa a recuperação da área central de São Paulo através de investimentos em habitação, inclusão social, mobilidade e intervenções em áreas públicas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entretanto, a continuidade do projeto ficou comprometida com a troca da gestão na prefeitura municipal onde, se por um lado, durante a gestão Marta Suplicy, houve um aumento do debate acerca das questões sociais da área central, nas gestões posteriores houve uma total mudança de enfoque ao privilegiar a ocupação privada e comercial do espaço público. Assim, em 2005, a proposta elaborada pela EMURB foi adotada pela administração municipal (YAMASHITA, 2013, p. 141)

A partir desta sequencias de eventos, passamos agora a dois pontos que podem nos ajudar, ainda que de modo teórico, a aplicar o conceito de resiliência urbana na análise do caso. O primeiro ponto a destacar, nesse processo, é o reconhecimento da existencia de um modelo de intervenção urbana que está articulado a um novo protagonismo dos governos locais que buscam políticas comuns, difundidas globalmente, para lidar com os problemas que se manifestam localmente em seus territórios. O segundo, explora o conceito da resiliência urbana aplicada ao território a partir da análise de como estas políticas estão sendo percebidas pelos usuários da praça e como ações insurgentes se apresentam como reação a esse modelo imposto pelo poder público.

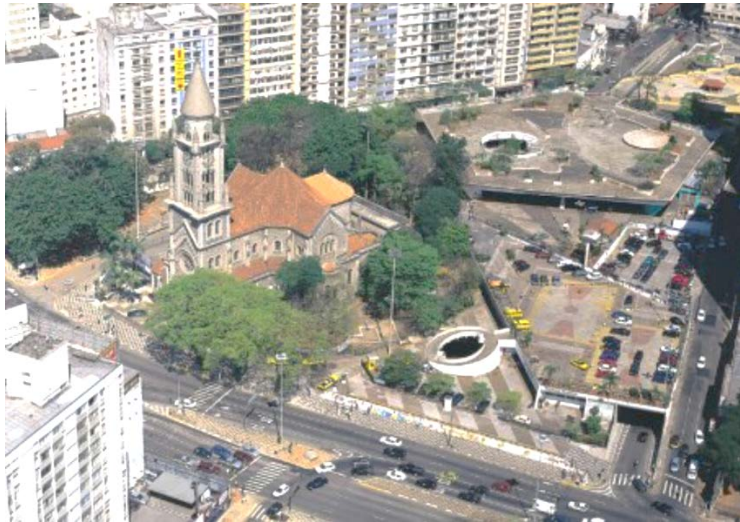


Fig. 01 e 02 Imagens aéreas da Praça Roosevelt antes (imagem acima) e depois (imagem abaixo) das intervenções feitas pela EMURB em 2012. Fonte: <http://ipiu.org.br/praca-roosevelt-as-relacoes-entre-espaco-publico-e-sociedade/> Acessado em 14/08/2019 às 14:50hs.

No primeiro ponto, Guevara (2015), ao discutir acerca da reformulação da estrutura territorial, defende a noção de “cidades duales” para clarificar o modo como estes modelos de intervenção local se inserem diretamente numa lógica global. O autor afirma que “(...) a inserção na globalização gera uma tendência a polarização social promovendo marginalidade e exclusões nos territórios e, em contrapartida, um dos corolários da perspectiva da globalização é a importância crescente da escala local nas análises urbanas, em contrapartida às tendências globalizadoras”. (GUEVARA, 2015)

A Praça Roosevelt expressa, portanto, uma das diversas apostas de intervenção urbana pontual no centro histórico da cidade de São Paulo visando a melhoria dos seus aspectos físico, econômico e social, em que programa e desenho conduzem a novos usos e usuarios, propõem novos cenários, controlados, mas não

controlam os efeitos socioespaciais gerados, pois a lógica não é atender a demandas dos habitantes locais originais e sim a uma sistemática transformação da paisagem da cidade, alcançada com um conjunto articulado de intervenções simultâneas ou consecutivas, visando atrair novos atores externos, tendência apontada por Guevara (2015).

Do ponto de vista político, visa atrair camadas médias e superiores, mediante a necessidade de concentrar em seus territórios um novo consumidor, num mercado repleto de setores inovadores e dinâmicos, passando a ser o elemento central das políticas urbanas, que priorizam comércios e serviços de alta qualidade como ocorre em varios bairros da capital Paulista. Para tanto, são feitos investimentos em equipamentos educativos, de lazer e cultura e inicia-se um processo de venda da imagem da cidade, na tentativa de agregar vantagens competitivas e de se sobressair no novo paradigma de produção industrial, conectado às transformações sociais e econômicas de nível global que repercutem nas mudanças dos espaços urbanos locais.

Tanto o reconhecimento da dinâmica econômica global e seus efeitos na estrutura social quanto as contradições sociais que se descortinam diante desta tendência – local versus global e vice-versa - tornaram-se elementos chave para a leitura das cidades contemporâneas. A própria gestão urbana – fruto do período fordista, onde foi possível definir parâmetros e atores sociais - e a promoção de políticas públicas voltadas à regeneração urbana, apresentaram modificações no contexto de decadência das noções keynesianas, no auge das políticas de livre mercado. A cidade está agora no coração da economia mundial, como aponta Bidou-Zachariasen (2006). Longe de ter feito desaparecer os efeitos da localização, o desenvolvimento das redes de comunicação multiplicou os espaços onde circulam os bens, pessoas, serviços e capitais. Neste sentido, segundo Guevara (2015), as lógicas globais e locais se estabelecem de forma dialética, onde “(...) o reforço das tendências globalizadoras impõem uma reconfiguração da escala local. Diante disso, se multiplicam os estudos de caso orientados a traduzir numa escala local os processos globais”.

Já o segundo ponto refere-se ao impacto deste modelo de intervenção nos territórios locais em decorrência das disputas e conflitos sociais que acabam por promover, gerando fenômenos como o da gentrificação e/ou ações táticas para preservar a memória coletiva local – cabendo aqui a possibilidade de aplicação do conceito de resiliência urbana, a partir do entendimento desenvolvido nos tópicos anteriores. Neste contexto estão, de um lado, os habitantes, especialmente os de baixa renda, que querem fixar residência na área central porque lá encontram as principais virtudes de toda cidade – tais como comércios, serviços e lazer acessíveis, além do custo reduzido de moradia, diminuição do tempo de deslocamento casa-trabalho, etc. E de outro, estão o poder público, com seus planos e projetos urbanos de intervenção – associados, em muitos casos, aos processos de regeneração urbana – e o setor privado que se apresenta, sobretudo, pelos interesses do mercado imobiliário, interagindo direta ou indiretamente na orientação das propostas do primeiro, segundo os seus próprios interesses (HARVEY, 1992; MARICATO, 1996; VILLAÇA, 2012; WHITAKER, 2015).

No presente caso, através do estudo da Praça Roosevelt, em sua dimensão urbana, cultural e social, sob a perspectiva das práticas e das relações referentes às intervenções urbanas por ela atravessadas, entretidas com suas construções e reconstruções de espaços edificados e de sentidos, revelam-se os processos e formas de atuação e conflitos intrínsecos à produção do espaço urbano na cidade de São Paulo. De modo a exemplificar como pode ser aplicado aqui o conceito de resiliência urbana para a leitura dos fenômenos de deslocamentos e/ou adaptabilidades, recolocam-se os termos da discussão, apontando-se as particularidades que a Praça apresenta na relação que se estabelece com a realidade local e global.

4. O projeto de requalificação da Praça e seu entorno.

O projeto apresentado inicialmente pela EMURB em setembro de 2009 estava estruturado em duas etapas. A primeira consistiu em ações de renovação da praça, através de demolições de acessos, muretas e lajes de cobertura, recuperação do estacionamento existente (organizando um total de 640 vagas), implantação de

novas edificações (como o caso da implantação de um posto policial e um edifício da guarda civil metropolitana, implantação de sanitários públicos, de quiosques para venda de flores, bancas de jornais e novos comércios) e de um novo projeto paisagístico, com o plantio de 216 novas árvores de espécies nativas variadas. Na segunda etapa, o projeto priorizou o entorno da praça, vinculando sua requalificação às demais ações em desenvolvimento na área central. Nesta etapa consistia do restauro de edifícios (como o da Escola Municipal de Educação Infantil Patrícia Galvão), o alargamento de passeios públicos (junto as Ruas Martins Fontes, Nestor Pestana, Martinho Prado, Gravataí e João Guimarães Rosa), área de estabelecimentos comerciais e culturais tradicionais, abertura de visuais junto ao acesso do estacionamento (em direção a Rua Rego Freitas) e do Instituto Clemente Ferreira (em direção ao Elevado Costa e Silva), requalificação das calçadas da envolvente através de nova iluminação, paisagismo e pavimentação, recuperação de edifícios e criação de novas circulações (como o caso da Escola de Artes Teatrais e da Rua Nestor Pestana), integração do Instituto Clemente Ferreira. Por fim, a esta segunda etapa somou-se um estudo sobre a situação existente dos cortiços, onde foram lançadas propostas que tinham como objetivo a criação de novas moradias multifamiliares com condições adequadas de habitabilidade, conversão dos cômodos existentes para unidades autônomas quando possível, através de uma abordagem em larga escala. (PMSP-EMURB, 2009)

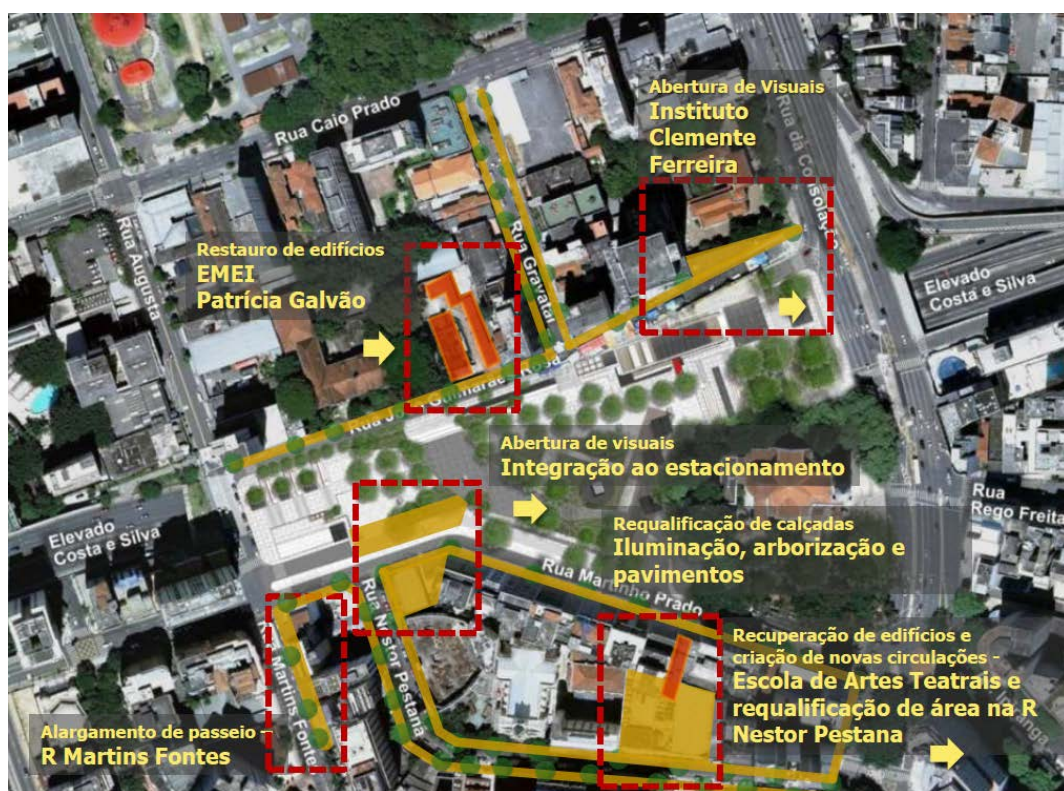


Fig. 03. Requalificação urbana na Praça Roosevelt: principais ações. Fonte: PMSP-EMURB, 2003.

O espaço público é aqui concebido para ser visto, não para ser apropriado. O campo visual é privilegiado em detrimento da solução de problemas existentes e das formas de apropriação consolidadas, promovendo a cidade para o consumo cultural através de políticas de image-making (uma espécie de âncora identitária da nova urbanística). Esse filtro do planejamento estratégico leva à convergência entre governantes, burocratas, e urbanistas. Ainda que as premissas não sejam as mesmas, o resultado gera a publicidade para vender a cidade ancorada nessas políticas que a tornam num grande empreendimento empresarial.

O projeto de intervenção urbana da área central, assim como o ocorrido no caso da Praça Roosevelt, visava atender não somente às exigências dos moradores locais – parcialmente consultados durante o processo através da Associação Viva o Centro – como, também, os interesses econômicos promovidos pelo processo

de requalificação urbana. Neste sentido, houve debate entre os diferentes agentes atuantes no projeto e a própria população, que culminou no que atualmente se apresenta neste espaço público.

Em março de 2009 a EMURB apresentou um documento que contemplava as demandas da população local para o projeto de intervenção, em resposta ao plano inicial proposto pela Prefeitura. A apresentação da Emurb organiza neste documento um diagnóstico a partir da leitura das “demandas dos moradores locais”, apresentado pela Associação Viva o Centro, indicando pontos favoráveis e contrários ao projeto, informações sobre o andamento das obras, orçamentos e ações para o entorno. Ao elencar os motivos para a Praça Roosevelt ter chegado ao atual estágio de degradação, com base na consulta feita junto aos moradores do entorno e usuários da praça, a Associação Viva o Centro (2009) indicou:

- A rejeição à praça, informando que a população rejeita o espaço inaugurado em 1970, por ele fugir ao conceito tradicional de praças públicas;
- O não entendimento do espaço público construído, em função de suas formas e aspecto físico;
- A falta de verde e a grande densidade de área construída;
- O sentimento de indefinição e irresponsabilidade para com o espaço público;
- A dificuldade de gestão, administração e controle e o sentimento de “terra de ninguém”.

Para fazer frente aos problemas apontados no diagnóstico feito pela Associação, a Emurb decidiu adotar os seguintes partidos arquitetônicos na elaboração do projeto apresentado:

- Demolição de todo o conjunto construído acima do nível do estacionamento;
- Dar prioridade ao ajardinamento do espaço;
- Desenvolver o entendimento da praça através da criação de eixos visuais e/ acessibilidade;
- Fechamento da abertura de ventilação ao túnel da Ligação Leste-Oeste e ao estacionamento, na face da praça voltada para a Rua Augusta;
- Reforma do Estacionamento;
- Devolução ao uso público e de livre circulação do espaço;
- Construção de um novo edifício no nível principal da praça para abrigar um telecentro ou uma praça digital;
- Manutenção das bases da GCM e da PM existentes na praça.

Contudo, ainda que a resposta da EMURB aos problemas apresentados pela comunidade local representasse o esforço desta, ao longo dos últimos anos, para encaminhar da melhor forma possível a tarefa da requalificação da Roosevelt, a Associação replicou à nova proposta algumas considerações como contribuição ao projeto. Dentre elas, informou que “(...) o problema da Roosevelt vai além do desenho, é de gestão. Nenhuma praça central se mantém sem isso. As praças da Sé e República foram reformadas recentemente, gastou-se muito para reabilitá-las, no entanto, como não se elaborou um projeto de gestão para elas, sinais de degradação já são visíveis nas duas. O momento da decisão do programa que irá orientar o projeto é também o momento em que se deveriam contemplar as questões de uso do espaço e, a partir daí as relativas à gestão da praça com seus reflexos no projeto físico final”. (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2009)

Deste modo, paralelamente às ações de intervenção direta na estrutura morfológica, econômica e social da Praça Roosevelt e seu entorno, visando a valorização da área central, também foi desenvolvida uma nova proposta de gestão que possibilitaria a participação do setor privado. Portanto, em razão dos novos usos previstos para a Praça, a EMURB desenvolveu uma proposta de gestão do espaço, para ser analisada pela Sub-prefeitura da Sé, responsável pela zeladoria da área, no qual visava a valorização do centro através de ações a serem realizadas em conjunto com empresas privadas, apoiadas por órgãos da Prefeitura. (PMSP-EMURB, 2009)

A esta lógica de intervenção local traduzem-se modelos globais de intervenção urbana, visando a valorização e embelezamento das áreas urbanas centrais, quer seja pela busca de atrativos e investimentos, para além das próprias dinâmicas novas de controle e gestão urbana, seja pela formalização de novas dinâmicas de uso

e ocupação do solo e revalorização do território a partir da mudança de seus aspectos socio-morfológicos. Ao percorrer as áreas envoltórias à praça, foi possível perceber que os novos empreendimentos próximos à Roosevelt se localizam na Rua Augusta, na região da Baixo Augusta, como é mais conhecida. Em paralelo, a concentração de uma grande quantidade de casas noturnas colaborou também para uma mudança de público atraído pela possibilidade boêmia da região somando-se às atividades culturais dos grupos de teatros ali instalados. (YAMASHITA, 2013: 178)

A valorização dos imóveis pode ser um dos indicadores que reforçam o entendimento de que os processos de gentrificação estiveram e continuam presentes tanto na praça quanto em seu entorno. Tal fenômeno acarreta, portanto, no aumento do custo de vida e na especulação imobiliária, tendo também um sentido global, onde o desenvolvimento imobiliário urbano tornou-se agora o motor da expansão econômica da cidade, sendo um setor central da economia dentro desta nova lógica urbana (HARVEY, 1992, 2012). Além disso, as movimentações e deslocamentos, tanto de habitantes quanto de empresários, têm repercutido os rebatimentos do setor imobiliário sobre a região. Este reconhecimento da Roosevelt enquanto cenário que mobiliza novas e velhas contradições permite, portanto, a formação de um quadro de questões sobre os fenômenos urbanos e possíveis deslizamentos nos modos de construção e significados da cidade, no sentido do reconhecimento de que na medida em que a leitura da Praça Roosevelt vai se apresentando, também se clarificam os impactos dos fenômenos em torno dos processos de requalificação urbana na área central da própria cidade de São Paulo.

Por outro lado, desde a reinauguração da praça em 2012, como uma das reações a este processo, começaram a surgir - tanto por parte dos moradores da sua envolvente quanto por seus freqüentadores e por pessoas dispostas a transformar o local - ações táticas em favor da apropriação coletiva e da sua liberdade de uso pelos diferentes atores sociais presentes em seu território. O Coletivo Arrua um dos grupos coletivos atuantes no local através de sua ação nomeada "Roosevelt Livre", propõe uma série de atividades em resposta às necessidades dos usuários da praça, na intenção de ocupar seus espaços públicos e restabelecer uma relação com as áreas adjacentes para a troca de ideias. Dentre elas estão atividades lúdicas, oficinas, música e intervenções artísticas. Não obstante, também propõe a participação de outros coletivos que são mais atuantes em outros territórios em nome de uma cidade mais livre, integrada, aberta e pública.



Fig. 04. Ação da série Roosevelt Livre promovida pelo Coletivo Arrua ocorrido em setembro de 2014. O encontro teve como pauta o repúdio à lei que proíbe o uso de máscaras em manifestações e organizou um baile de máscaras na Praça Roosevelt. Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/09/praca-roosevelt-e-ocupada-por-baile-de-mascaras-6128/>. Disponível em 16/08/2019, acessado às 22:57hs.

A exemplo da identificação das necessidades de seus freqüentadores, o coletivo identificou os usuários dos teatros e dos bares que buscam um lugar para sentar na calçada ao final do dia para conversar e beber cerveja; as crianças da Escola Municipal (Emei Patrícia Galvão) que reivindicam um parquinho ou espaço para conversar fora da aula; os moradores de rua que precisam de um albergue para passar a noite; e por mais que o skatista goste de encontrar obstáculos e elementos de mobiliário urbano para realizarem manobras (escadarias, corrimãos, bancos, etc.), também existe a solicitação de uma arquitetura pensada para eles, como half pipes, bowls, rampas, transições e outros elementos que vemos em skateparks.

Assim, as necessidades dos usuários foram detectadas de forma específica por meio da atuação dos coletivos. Porém, o atendimento dessas demandas depende da atuação do poder público e de inúmeros fatores, inclusive o compromisso de investimento financeiro e de manutenção de uma gestão compartilhada. Há também conflito de interesses que recorrentemente se apresentam, sobretudo por aqueles que defendem o fechamento da praça por não concordarem com as formas de sua apropriação atual (YAMASHITA, 2013). Em resumo, a atuação destes coletivos, como o que ocorre com o Coletivo Arrua, entre outros presentes na metrópole paulistana, abre uma perspectiva distinta sobre como conduzir propostas e decisões da cidade e dos espaços públicos. A percepção da força de atuação em coletividade permite que novas idéias de transformação urbana possam ser propostas e expostas com uma velocidade cada vez maior e, nesse sentido, as ferramentas digitais e virtuais comunicam e articulam as ações táticas a serem implementadas no espaço da real ocupação e convivência humana. Além disso, os seus objetivos são pautados pelo desejo de se fortalecer a relação afetiva da população com o local, evidenciar o potencial deste espaço como local de convivência, testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestruturas que melhorem constantemente a qualidade da praça como espaço público.

A resiliência se manifesta na tentativa de promover melhoria da qualidade de vida da população sem negar as vantagens da construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público. Ou seja, não se trata de negar a possibilidade de mudança, mas de garantir que as ações resultem em medidas de dinamização social e econômica, através de melhorias urbanas, de acessibilidade ou centralidade, englobando processos de alteração em uma determinada área com a ideia de lhe dar nova função, diferente daquela pré-existente, mas respeitando os valores da comunidade local.

Ainda que o conceito apresentado acima aponte para um cenário de oportunidades para a criação de um futuro promissor ao território em que se aplicam tais políticas ao mesmo tempo que se discutem formas alternativas de envolver cada vez mais o usuário do espaço público na tomada de decisão, tem-se a outra face que inevitavelmente se apresentará e que deve ser estudada e analisada com cautela no âmbito do desenvolvimento das estratégias relativas à requalificação urbana: a da gentrificação. Assim, os desafios que se processam no diálogo entre os diferentes atores sociais que atuam sobre o território superpõem-se às tensões sociais geradas, sobretudo, por estes processos. (BIDOU-ZACHARIANSEN, 2006: 59)

Considerações Finais

Este artigo buscou se aproximar da definição conceitual de resiliência, suas categorias de análise e associação aos processos de regeneração urbana. Ainda que não objetivasse esgotar a temática, tentou-se abordá-la por vários eixos de explicação, de forma a compreender a forma de produção do espaço urbano contemporâneo e suas implicações, que se revelam a partir da geração de desigualdades e tensões sociais dentro de áreas centrais de grandes aglomerações urbanas. Nesse contexto defendeu-se a aplicação do conceito de resiliência urbana como ferramenta teórica para conduzir a leitura de tais fenômenos.

A revisão da bibliografia possibilitou a compreensão da origem do termo e sua posição frente aos restantes fenômenos que envolvem as propostas de regeneração urbana, no âmbito das políticas para intervenção em

espaços públicos locais. A análise dos resultados das intervenções na Praça Roosevelt, permitiu constatar que estes se apresentam bastante diferentes, desiguais e diversificados em termos de suas implicações culturais e econômicas. O caso da Praça Roosevelt, portanto, mostrou-se emblemático para o entendimento de processos que estão se tornando recorrentes em contextos de disputas **nos/e** pelos espaços públicos: à falta de ações de planejamento e gestão de mais longo prazo tem gerado reações e ações de caráter tático que provocam mudanças de rumo em curto prazo.

Neste sentido, o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização concreta. Por outro lado, as ações insurgentes de coletivos urbanos promovem a dissolução de antigas fronteiras simbólicas ao admitir identidades complexas e heterogêneas, o que leva à reflexão sobre a necessidade de novas categorias e instrumentos de análise que contemplem a leitura de contextos espaço-temporais flexíveis, em distintas instâncias (local e global), como o conceito de resiliência urbana.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADGER, N. Social and ecological resilience: are they related? *Progress in Human Geography*, 24(3), 347-364, 2003. Disponível em: <http://doi.org/10.1191/030913200701540465>. Acessado em 20/11/2018.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. Análise e propostas da Associação Viva o Centro ao Projeto apresentado pela EMURB para a reforma da Praça Roosevelt. Março de 2009. Disponível em http://www.vivaocentro.org.br/media/9536/proposta_reforma_roosevelt.pdf. Acessado em 20/11/2018.

ALBERTI, M., Marzluff, J. M., Shulenberger, E., Bradley, G., Ryan, C., & Zumbrunnen, C. Integrating humans into ecology: opportunities and challenges for studying urban ecosystems. *Bioscience*, 2003. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568\(2003\)053\[1169:IHIEOA\]2.0.CO;2](http://dx.doi.org/10.1641/0006-3568(2003)053[1169:IHIEOA]2.0.CO;2). Acessado em 20/11/2018.

BARROCA, Bruno; DINARDO, Maryline; MBOUMOUA, Irène. De la vulnérabilité à la résilience: mutation ou bouleversement? In *EchoGéo*, 24 | 2013, mis en ligne le 10 juillet 2013. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/13439>. Acessado em 20/11/2018.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De Volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.

FARIAS, José Almir. Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo, 2017.

FANTOVA, F. J. M. (2008). Resiliència i voluntat de sentir em la promoció de la salut psicosocial em els docents: Capacitat de reconstrucció positiva a partir d'un context inicial d'adversitat. Estudi de cas em un institut d'educació secundària. Tese de doutorado não publicada, Facultat de Psicologia, Ciències de l'Educació i de l'Esport Blanquerna, Barcelona, Espanha.

FERNANDES DA CRUZ, Felipe P. Regeneração Urbana de Centros Históricos: o Caso do Alentejo Litoral. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.

GUEVARA, Tomás. Abordajes teóricos sobre las transformaciones sociales, económicas y territoriales en las ciudades latinoamericanas contemporáneas. ©EURE | vol 41 | no 124 | septiembre 2015

GONÇALVES, C. Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. In: *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2016.

HARVEY, D. A condição pós moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

HOLLING, Crawford Stanley. Resilience and stability of ecological systems. in: Annual Review of Ecology and Systematics. Laxenburg, Austria: International Institute for Applied Systems Analysis, vol. 4, 1973.

HOLLING, Crawford Stanley. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. Ecosystems (New York, N.Y.), 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10021-001-0101-5>. Acessado em 20/11/2018.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo, Hucitec, 1996

MENDES, Luís. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós fordismo. ©URBE | vol 5 | no 01 | jan./jun. 2013.

NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995) / Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2ª ed. Ver., 2013

ONU-HABITAT III. Résilience urbaine. Issue Papers. New York, 2015. Disponível em: <http://imacitychanger.unhabitat.org/>. Acessado em 20/11/2018.

OJEDA, E. N. S. Introducción: Resiliencia e subjetividad. In A. Melillo, E. N. S. Ojeda, & D. Rodríguez (Orgs.), Resiliencia y subjetividad: Los ciclos de la vida (pp. 17-20). Buenos Aires: Paidós, 2004.

PMSP-EMURB (Empresa Municipal de Urbanismo). Praça Franklin Roosevelt e entorno. Setembro de 2009. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/ouc/ouc_apresentacao_78_roceouc.pdf. Acessado em 20/11/2018.

ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. Urban Regeneration A Handbook. Londres: Sage Publications, 2000.

TALLON, Andrew. Urban Regeneration in the UK. Routledge: Abingdon, 2010.

TOUBIN, Marie; L'HOMME, Serge; DIAB, Youssef; SERRE, Damien et LAGANIER, Richard. La Résilience urbaine: un nouveau concept opérationnel vecteur de durabilité urbaine? In Développement Durable et Territoires, Vol. 3, n° 1 (Mai 2012). Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/9208>. Acessado em 20/11/2018.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012

WHITAKER, João S. Projetos de intervenção urbana (piu): São Paulo inovando na intervenção pública sobre o espaço urbano. 2015. Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2015/12/25/projetos-de-interveno-urbana-piu-so-paulo-inovando-na-interveno-pblica-sobre-o-espao-urbano>. Acessado em 25/10/2017.

YAMASHITA, Kelly Y. Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2013.